

Público

21-05-2015

Classe: Âmbito:

Tiragem:

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

51453

Temática: Justica

Dimensão: 466 Imagem: N/Cor Página (s): 7



Veículos passariam na inspecção sem nunca entrar em centro do Porto

Investigação Mariana Oliveira

Nove funcionários detidos ontem em flagrante delito por falsificação de notação técnica. Também são suspeitos de corrupção

Havia veículos que passariam na inspecção sem nunca entrarem no centro que os aprovava. A troco de umas dezenas de euros, os inspectores fechariam os olhos e tratariam da papelada sem que a viatura fosse sujeita a qualquer teste. A Polícia Judiciária (PJ), que investiga este caso há uns meses, efectuou ontem uma operação no centro localizado na zona industrial do Porto. E deteve, em flagrante delito, nove inspectores que lá trabalham, indiciados pelo crime

de falsificação de notação técnica. No centro do processo estão, contudo, suspeitas de corrupção.

A empresa dona do centro, que o PÚBLICO tentou contactar ontem sem sucesso, possui outros três centros de inspecção, dois em Guimarães e um em Matosinhos. Contudo, ontem a Directoria do Norte da PJ assentou arraiais apenas no do Porto. E presenciou aquilo que as denúncias já relatavam.

"Foi possível observar que cerca de duas dezenas das inspecções efectuadas não obedeceram ao previsto na lei, sendo realizadas sem que fossem verificados e inspeccionados todos os pontos obrigatórios sujeitos a verificação física por parte dos inspectores, nomeadamente os elementos ligados à direcção e suspensão do veículo, elementos essenciais para a segurança de circulação do mesmo", lê-se no comunicado emitido

por aquela polícia.

E acrescenta-se: "O não cumprimento deste procedimento impossibilita o inspector e o respectivo centro de inspecções de atestar que a viatura está em condições de circular nas condições impostas por lei, pelo que a notação técnica de conformidade (aprovado) é assim falseada, permitindo que viaturas com anomalias possam circular, colocando em risco a circulação rodoviária."

A assessorar tecnicamente a PJ estiveram fiscais do Instituto dos Transportes e da Mobilidade (IMT), que sujeitaram algumas das viaturas a uma nova inspecção. E, desta vez, cumprindo os testes a que estavam obrigadas, as viaturas reprovaram, ficando assim cancelada a aprovação fraudulenta.

Os nove detidos, todos inspectores do referido centro de inspecção, com idades entre os 25 e os 50 anos, estão indiciados pelos crimes de falsidade informática e de falsificação de notação técnica agravada, porque, como prestam um serviço público, certificado pelo IMT, são equiparados para efeitos penais a funcionários públicos. Os inspectores deverão ser ouvidos hoje por um juiz do Tribunal de Instrução Criminal do Porto que lhes aplicará as adequadas medidas de coacção.

Estas suspeitas não são caso único. Ontem, por exemplo, arrancou em Bragança um megajulgamento que envolve 111 arguidos envolvidos num esquema que permitia a obtenção fraudulenta da carta de condução a pessoas que não reuniam os requisitos mínimos, como saber ler ou escrever.

Entre os acusados há instrutores, examinadores, funcionários e empresários, nove escolas de condução e alguns candidatos.